



Câmara de São Luiz do
Paraitinga

Nome do Candidato

Nº de Inscrição

Caderno de Prova

11 de outubro de 2015



3 horas de duração



40 questões



Cargo: Procurador Jurídico

INSTRUÇÕES

- Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
- Verifique se este caderno contém 40 questões, numeradas de 1 a 40, e também uma peça jurídica. Caso contrário, comunique o fiscal da sala.
- Para cada questão existe apenas uma resposta certa.
- Transcreva, com tinta azul ou preta, as alternativas escolhidas para a Gabarito Oficial, sem cometer rasuras. Não deixe nenhuma em branco.
- Não será possível a substituição do Gabarito Oficial.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Não haverá tempo adicional para transcrição de respostas ao gabarito oficial.
- Terminada a prova, entregue o Gabarito Oficial, a Folha Oficial e o caderno de questões ao fiscal. Poderá ser levado somente o gabarito provisório de respostas.

GABARITO PROVISÓRIO

1.	6.	11.	16.	21.	26.	31.	36.
2.	7.	12.	17.	22.	27.	32.	37.
3.	8.	13.	18.	23.	28.	33.	38.
4.	9.	14.	19.	24.	29.	34.	39.
5.	10.	15.	20.	25.	30.	35.	40.

Língua Portuguesa

(10 questões)

Leia atentamente o trecho extraído do artigo **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**, escrito por Walter Benjamin, para responder as questões 01 e 02:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos. Entre estes, existem dois grupos, que se interpenetram de múltiplas maneiras. A figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quiséssemos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, poderíamos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias. No entanto essas duas famílias, como já se disse, constituem apenas tipos fundamentais. A extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos. O sistema corporativo medieval contribuiu especialmente para essa interpenetração. O mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalhavam juntos na mesma oficina; cada mestre tinha sido um aprendiz ambulante antes de se fixar em sua pátria ou no estrangeiro. Se os camponeses e os marujos foram os primeiros mestres da arte de narrar, foram os artífices que a aperfeiçoaram. No sistema corporativo associava-se o saber das terras distantes, trazidos para casa pelos migrantes, com o saber do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário.

(adaptado de BENJAMIN, W. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.)

01. Traduz uma ideia presente no texto a seguinte frase:

- a. O bom narrador é aquele conhecedor de todas as histórias orais.
- b. Existem dois grupos de narradores, que não se miscigenam.
- c. A organização socioeconômica, entre outros fatores, favoreceu a formação de diversos tipos de narradores.
- d. Os narradores experientes são apenas aqueles que muito viajam.

02. Sobre o trecho apresentado, é possível dizer que:

- a. Walter Benjamin apropria-se de linguagem coloquial para apresentar sua teoria literária.
- b. Se o verbo “quiséssemos” em “Se quiséssemos concretizar esses dois grupos arcaicos, poderíamos dizer que um é exemplificado [...]” fosse substituído por “quisermos”, a sentença ficaria gramaticalmente correta assim: “Se quisermos concretizar esses dois grupos arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado [...]”.
- c. Se o sujeito da frase “Quem viaja tem muito que contar” fosse substituído por “aqueles”, a sentença ficaria gramaticalmente correta assim: “Aqueles que viajam tem muito o que contar”.
- d. Se substituíssemos o verbo “existir”, da frase “Entre estes, existem dois grupos [...]” pelo verbo “haver”, a sentença ficaria gramaticalmente correta assim: “Entre estes, há dois grupos [...]”.

Leia atentamente o trecho extraído do livro **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda, para responder as questões de 03 a 05:

Para o empregador moderno — assinala um sociólogo norteamericano — o empregado transforma-se em um simples número: a relação humana desapareceu. A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para

Câmara de São Luiz do Paraitinga
colossais rendimentos, acentuou,
aparentemente, e exacerbou a separação das
classes produtoras, tornando inevitável um
sentimento de irresponsabilidade, da parte
dos que dirigem, pelas vidas dos trabalhadores
manuais.

A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial aqui assinalada pode dar uma idéia pálida das dificuldades que se opõem à abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociais, fundadas em princípios abstratos, tendem a substituir-se aos laços de afeto e de sangue. Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas famílias “retardatárias”, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o círculo doméstico. Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigências imperativas das novas condições de vida. Segundo alguns pedagogos e psicólogos de nossos dias, a educação familiar deve ser apenas uma espécie de propedêutica¹ da vida na sociedade, fora da família. E se bem considerarmos as teorias modernas, veremos que elas tendem, cada vez mais, a separar o indivíduo da comunidade doméstica, a libertá-lo, por assim dizer, das “virtudes” familiares. Será dito que essa separação e essa libertação representam as condições primárias e obrigatórias de qualquer adaptação à “vida prática”.

(adaptado de Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. *Raízes do Brasil / Sérgio Buarque de Holanda*. — 26. ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995)

¹**Propedêutica:** ciência preliminar, introdução.

03. Segundo o texto, é possível afirmar que:

- a. Sérgio Buarque concorda com a existência de famílias “retardatárias”, visto que são fundamentais para a manutenção das raízes do Brasil.
- b. As relações empregatícias modernas estreitaram as relações entre patrão e empregado.
- c. Para o desenvolvimento social, é necessário romper com a educação familiar, já que tal educação é prejudicial.
- d. O mundo moderno demanda novas formas de educação, que vão além do círculo doméstico.

04. O vocábulo “colossais”, em “A produção em larga escala, a organização de grandes massas de trabalho e complicados mecanismos para colossais rendimentos [...]” pode ser substituído, sem prejuízo, por:

- a. insignificantes.
- b. descomunais.
- c. ordinários.
- d. banais.

05. “Será dito que essa separação e essa libertação representam [...]”. Reescrevendo a sentença, a alternativa que apresenta um período em conformidade com a língua culta é:

- a. Dir-se-á que essa separação [...]
- b. Disse-se que essa separação [...]
- c. Se dirá que essa separação [...]
- d. Dirá-se que essa separação [...]

06. Indique a alternativa que preenche adequadamente as lacunas da sentença:

Alessandra chegou subitamente _____ festa. Ela não havia sido convidada. Daqui ____ poucos minutos, Mônica, dona da casa, notará a presença da garota que ____ tão pouco tempo lhe traiu a confiança.

- a. àquela – a – há.
- b. aquela – há – há.
- c. àquela – a – a.
- d. àquela – há – há.

07. Em qual alternativa o uso de cujo não está em conformidade com a norma culta da Língua Portuguesa?

- a. Tenho um amigo cujos cabelos ficaram brancos aos 11 anos.
- b. Ana contava muitos casos de cuja veracidade se deve desconfiar.
- c. Essa é a garota com cujas ações não concordamos.
- d. Feliz é o homem cuja casa há harmonia.

08. Observe os períodos:

- I. Como não se interessa por matemática, desistiu do curso.
- II. Ele distribuía o dinheiro como lhe ordenaram.
- III. Surgiu, como se viesse de outro mundo.

A conjunção como introduz orações subordinadas adverbiais que são classificadas em diferentes categorias. Em I, II e III há, respectivamente, oração subordinada adverbial de:

- a. Causalidade, conformidade e comparação.
 - b. Explicação, causalidade e explicação.
 - c. Causalidade, explicação e conformidade.
 - d. Explicação, comparação e causalidade.
-

09. Assinale a alternativa em que todos os vocábulos devem ser acentuados:

- a. amem, facil, Piaui.
 - b. ceu, negocio, trofeu.
 - c. oleo, panico, biceps.
 - d. lapis, torax, domestico.
-

10. Tendo em vista que a palavra “atualizar” formou-se por derivação sufixal, indique a alternativa que apresenta outra palavra que se formou pelo mesmo processo e somente por ele:

- a. Emudecer.
- b. Velocidade.
- c. Entristecer.
- d. Desalmado.

Conhecimento Específico

(30 questões)

11. Após as revoluções liberais, ocorridas entre os séculos XVII e XVIII, as Constituições assumiram relevante função, uma vez que passaram a recepcionar os valores fundamentais da sociedade, bem como as regras de organização do Estado e de exercício dos poderes políticos, além da preservação dos direitos fundamentais. Elevada ao topo do ordenamento jurídico, àquela época, as Cartas políticas passaram a gozar de duas principais características. São elas:

- a. hierarquia dos princípios constitucionais e supremacia das normas constitucionais.
- b. cláusula de abertura e hierarquia dos princípios constitucionais.
- c. supremacia das normas constitucionais e rigidez constitucional.
- d. rigidez constitucional e cláusula de abertura.

12. As Constituições podem ser classificadas de várias maneiras. Quanto à origem, à extensão e ao conteúdo ideológico, a Constituição Federal Brasileira de 1988 é:

- a. outorgada, analítica e liberal.
- b. promulgada, sintética e liberal.
- c. outorgada, sintética e social.
- d. promulgada, analítica e social.

13. O poder constituinte é a força que elabora ou reforma o ordenamento constitucional, estabelecendo uma nova ordem jurídica. Ele pode ser caracterizado como originário ou derivado, sendo que, neste último caso, se caracteriza como reformador ou decorrente. O poder constituinte derivado decorrente extrai sua força da própria Constituição e autoriza que os entes federativos elaborarem suas normas constitucionais.

Considerando o Município como ente legítimo da Federação brasileira, é correto afirmar que:

- a. os Municípios, como entes autônomos da Federação, podem elaborar suas próprias Constituições, desde que não firam preceitos normativos da Constituição Federal e da Constituição do Estado a qual está vinculado.
- b. os Municípios não gozam dos poderes originados do poder constituinte derivado

decorrente.

- c. as normas reguladoras da vida política dos Municípios estão inseridas na Constituição Federal e Constituição do Estado a qual está vinculado, sendo proibida a edição de qualquer norma de natureza constitucional no âmbito municipal.
- d. em razão de não gozarem dos poderes originados do poder constituinte derivado decorrente, as Leis Orgânicas de cada Município são aprovadas por sua Câmara de Vereadores e devem ser submetidas à referendo da Assembleia Legislativa do Estado a qual está vinculado.

14. Acerca da cláusula de abertura da Constituição Federal Brasileira de 1988, é correto afirmar que:

- a. os tratados internacionais de direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte, por força do Art. 5º, § 3º, são recepcionados como normas infraconstitucionais e supralegal.
- b. os tratados internacionais de direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte, aprovados antes da Emenda Constitucional nº 45, por força da Teoria da Recepção, por entendimento do Supremo Tribunal Federal, foram incorporados como normas constitucionais.
- c. os tratados internacionais de direitos humanos em que a República Federativa do Brasil seja parte, por força do Art. 5º, § 3º, serão incorporados como normas constitucionais após a aprovação do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d. a norma prevista no Art. 5º, § 4º, que estabelece que o Brasil se submete à jurisdição do Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão, é formalmente inconstitucional, por ferir o princípio da soberania, escrito no Art. 1º, I, da Constituição Federal.

15. São cargos privativos de brasileiros natos, exceto:

- a. Presidente da República e Presidente da Câmara dos Deputados.
- b. Vice-Presidente da República e Presidente do Senado Federal.
- c. Governador de Estado e Prefeito Municipal.
- d. Ministro do Supremo Tribunal Federal e Ministro da Defesa.

16. Para se eleger Vereador no Município de São Luiz do Paraitinga, é necessário que o candidato atenda a algumas condições, exceto:

- a. nacionalidade brasileira.
- b. pleno exercício dos direitos políticos.
- c. filiação partidária.
- d. idade mínima de 21 anos.

17. Sobre o modelo de democracia semidireta adotado pela Constituição Federal de 1988, e os instrumentos de participação política por ela incorporados, é incorreto afirmar que:

- a. o plebiscito permite a consulta prévia aos cidadãos acerca de matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.
- b. o referendo autoriza os cidadãos a ratificar ou rejeitar decisão emanada do Congresso Nacional.
- c. a iniciativa popular possibilita que cidadãos apresentem Projeto de Lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- d. o recall permite que os cidadãos, por meio da revogação dos mandatos, destituam seus representantes, cujo comportamento, por qualquer motivo, não lhe esteja agradando.

18. Para a composição do Supremo Tribunal Federal, adotam-se dois critérios, um objetivo e outro subjetivo. São condições objetivas para indicação de Ministro do Supremo Tribunal Federal:

- a. possuir reputação ilibada e notório saber jurídico.
- b. ser brasileiro nato e possuir mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- c. ser brasileiro nato e possuir reputação

ilibada.

- d. possuir notório saber jurídico e ter mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

19. Uma pessoa que vive com HIV foi aprovada em concurso público, atendendo todas as exigências do edital. No entanto, na hora de ser empossada, decreto do Prefeito impediu sua incorporação ao quadro de servidores municipais, alegando risco à saúde pública. A anulação do ato normativo pode ser requerida por meio de:

- a. *Habeas Corpus*, objetivando assegurar o direito social do trabalho.
- b. *Mandado de Segurança*, com o intuito de anular ato ilegal do prefeito, já que tal discriminação não está autorizada por nenhuma legislação.
- c. *Mandado de Injunção*, a fim de dotar de eficácia direito fundamental que assegura a igualdade de tratamento a todos os cidadãos.
- d. *Habeas Data*, a fim de retificar dados acerca da condição de saúde da pessoa.

20. As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ações diretas de inconstitucionalidade e ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão:

- a. eficácia erga omnes e efeito vinculante, relativamente aos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal.
- b. eficácia inter partes e efeito vinculante, relativamente aos proponentes e autoridades coatoras, de quaisquer das esferas da Federação.
- c. eficácia erga omnes e efeito vinculante, relativamente aos Poderes Executivo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal.
- d. não vinculam servidores da administração pública, direta ou indireta, desde que aleguem escusa de consciência em razão de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

21. Para o controle de constitucionalidade repressivo, de natureza abstrata, de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição

Federal, é admitido o seguinte instrumento processual constitucional:

- a. Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica.
- b. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- c. Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- d. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

22. Acerca dos legitimados para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade Genérica e Ação Declaratória de Constitucionalidade, exige-se observância ao critério da *pertinência temática*, como pressuposto ao ingresso da ação, exclusivamente para:

- a. Presidente da República, Mesa da Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b. Governador do Estado, Mesa da Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa do Distrito Federal e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c. Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional e partido político com representação no Congresso Nacional.
- d. Qualquer cidadão, desde que portador de título de eleitor.

23. A Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, instituiu diversos instrumentos jurídicos voltados à coibir e punir a violência em razão do gênero da pessoa – feminino. Instado a se manifestar quanto à sua constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal concluiu tratar-se de norma:

- a. constitucional, por observância aos princípios da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.
- b. inconstitucional, por estabelecer diferenciação entre homens e mulheres não prevista anteriormente pela Constituição Federal.
- c. constitucional, por assegurar a primazia das mulheres sobre os homens, contribuindo para a superação do machismo.
- d. inconstitucional, por entender que a referida legislação tem natureza constitucional,

devendo os direitos fundamentais serem instituídos formalmente por meio de Emenda à Constituição.

24. O Art. 13, da Lei Federal nº 9.096/1995, estabelece que “tem direito a funcionamento parlamentar, em todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles”. Por decisão unânime do Supremo Tribunal Federal, esta cláusula (conhecida como cláusula de barreira) foi considerada:

- a. inconstitucional, por violar os princípios da razoabilidade, do pluralismo político e do pluripartidarismo.
- b. inconstitucional, por violar o princípio da igualdade, da liberdade e da autonomia da vontade do eleitor.
- c. constitucional, por assegurar a autonomia dos partidos.
- d. constitucional, por preservar a democracia e se basear no sistema proporcional para composição das Casas legislativas.

25. A Constituição Federal estabelece, em seu art. 93, que Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura. Considerando a necessidade de promover ajuste fiscal, a Presidência da República encaminhou ao Congresso Nacional Projeto de Lei Complementar para limitar a realização de concursos públicos para o ingresso na carreira de magistrados nos próximos dois anos. Depois de acordo firmado com os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o projeto foi emendado por iniciativa de autoria do Presidente do STF. Após aprovado, a proposta legislativa foi sancionada e publicada, adquirindo força normativa.

Considerando a situação descrita é possível afirmar que a referida legislação é:

- a. inconstitucional, uma vez que há vício de inconstitucionalidade de natureza formal orgânica, insanável em qualquer tempo do processo legislativo.

- b.** constitucional, uma vez que o vício formal de inconstitucionalidade de natureza formal orgânica foi sanado por meio da emenda ao Projeto de Lei Complementar antes da sua votação pelo Congresso Nacional.
- c.** inconstitucional, uma vez que há vício de inconstitucionalidade de natureza material, já que normas de ajustes fiscais devem ser reguladas por meio de emenda à Constituição.
- d.** inconstitucional, uma vez que é possível constatar vícios de natureza formal orgânica, quanto à iniciativa do Projeto, e material, quanto à tramitação da proposta legislativa.

26. Sobre as competências legislativas, é correto afirmar que:

- a.** Lei Complementar poderá autorizar Estados a legislar acerca de questões específicas sobre matérias privativas da União.
- b.** Lei Complementar poderá autorizar Municípios a legislar acerca de questões específicas sobre matérias privativas da União e dos Estados.
- c.** não se admite nenhuma forma de delegação de competências quando se tratar de matérias legislativas privativas da União.
- d.** seguridade social e proteção e garantia das pessoas com deficiência são matérias cuja competência legislativa é exclusiva da União.

27. É competência dos Municípios, exceto:

- a.** Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- b.** Instituir e arrecadar tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c.** Legislar sobre trânsito e transporte.
- d.** Organizar e prestar, diretamente ou sobre regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

28. Sobre imunidade parlamentar, de acordo como Art. 29, VIII, da Constituição Federal, é assegurada ao Vereador:

- a.** a imunidade material, garantindo ao parlamentar municipal a inviolabilidade por

suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e em qualquer parte do país.

- b.** a imunidade material, garantindo ao parlamentar municipal a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do seu Município.
- c.** a imunidade processual acerca da responsabilidade civil e penal, garantindo ao parlamentar municipal foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça do Estado do seu Município.
- d.** a imunidade material e processual, garantindo ao parlamentar municipal a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do seu Município, bem como foro privilegiado em matérias civil, penal e administrativa.

29. A Constituição Federal estabelece, em seu Art. 37, II, que “a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração” e, em paralelo, no inciso XXI do mesmo artigo, assegura que “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes (...)”.

Os dispositivos acima expostos são decorrentes do regime constitucional da Administração Pública, especialmente do:

- a.** princípio da legalidade.
- b.** princípio da impessoalidade.
- c.** princípio da moralidade.
- d.** princípio da eficiência.

30. Admite-se a inexigibilidade de licitação, devidamente regulamentada pela legislação:

- a.** nos casos de emergência ou de calamidade pública.
- b.** nos casos de contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou

pela opinião pública.

- c.** nos casos em que não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.
- d.** Nos casos de contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.

31. O controle externo contábil, financeiro e orçamentário da União, exercido pelo Congresso Nacional, é realizado com o auxílio:

- a.** do Tribunal de Contas da União, a quem compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.
- b.** do Ministério Público da União, a quem compete a defesa da ordem pública, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- c.** do Conselho Nacional de Justiça, a quem compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
- d.** da Comissão Mista Permanente de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, a quem compete examinar e emitir parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual.

32. Acerca dos processos administrativos, é correto afirmar que:

- a.** em razão da sua natureza meramente administrativa e não judicial, não se admite a produção de provas com o intuito de promover ampla defesa e contraditório.
- b.** em fase de sentença de mérito prolatada ao final dos atos processuais, não cabem recursos de qualquer natureza.
- c.** os atos processuais devem correr em segredo de justiça, com o fim de resguardar os interesses da Administração Pública, o interesse social e a defesa da intimidade das partes envolvidas.
- d.** o princípio da oficialidade assegura a possibilidade de instauração de procedimento por iniciativa da Administração, independentemente de provocação do administrado.

33. Acerca do *princípio da razoável duração do processo*, é incorreto afirmar que:

- a.** foi inserido no ordenamento constitucional brasileiro por força da Emenda Constitucional nº 45 e está em consonância com diversos tratados internacionais de direitos humanos.
- b.** possui a função de contribuir para a adoção de meios alternativos de resolução de conflitos.
- c.** possui força jurídica limitada, restringindo-se a alertar os agentes do Estado acerca da necessidade de atuar processualmente de forma célere.
- d.** sua inobservância permite que a parte prejudicada pela excessiva demora processual venha a ser indenizada por danos morais e patrimoniais eventualmente sofridos.

34. O Sr. João José da Silva, a Caixa Econômica Federal e o Município de São Luiz do Paraitinga compõem em litisconsórcio o polo passivo de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. Tendo sido citados para se manifestar nos autos, contestando a ação, cada parte, respectivamente, terá o prazo de:

- a.** 30 dias, 30 dias, 30 dias.
- b.** 30 dias, 30 dias, 60 dias.
- c.** 30 dias, 60 dias, 60 dias.
- d.** 60 dias, 60 dias, 30 dias.

35. Para a fixação da alíquota do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), deve o Município atentar-se aos princípios:

- a.** da capacidade contributiva e da progressividade fiscal.
- b.** da uniformidade tributária e da progressividade fiscal.
- c.** da capacidade tributária e da não-diferenciação tributária.
- d.** da uniformidade tributária e da não-diferenciação tributária.

36. Em relação às disposições penais previstas na Lei Federal nº 4.737/65, assinale a alternativa correta:

- a.** Para efeitos penais, não são considerados funcionários da Justiça Eleitoral os funcionários requisitados por aquela Justiça especializada.

- b.** Sempre que a referida legislação não indicar o grau mínimo para a aplicação da pena, entende-se que será ele de quinze dias para a pena de detenção.
- c.** Aos fatos incriminados na referida legislação, não são aplicadas as disposições gerais do Código Penal Brasileiro.
- d.** Intervir autoridade estranha à Mesa Receptora no seu funcionamento sob qualquer pretexto, salvo o Juiz Eleitoral, é fato típico apenado com detenção de até um ano e pagamento de 60 a 90 dias-multa.

37. São condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral, exceto:

- a.** fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, ainda que, a critério da Justiça Eleitoral, tratando-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de Governo.
- b.** nomear aprovados em concursos públicos homologados até três meses que antecedem o pleito eleitoral.
- c.** ceder servidor público da Administração Direta Municipal, ainda que licenciado, para comitê de campanha eleitoral, durante o horário de expediente normal.
- d.** usar, em benefício de candidato, bens móveis pertencentes à administração indireta dos Municípios, ressalvadas a realização de convenções partidária.

38. Considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, referentes aos casos de inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a.** São inelegíveis, para qualquer cargo, os inalistáveis, os analfabetos e os que forem condenados, em decisão transitada em julgada, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra o patrimônio privado.
- b.** A declaração de inelegibilidade do candidato a Prefeito Municipal atingirá o candidato a Vice-Prefeito.
- c.** A arguição de inelegibilidade será feita perante os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito e Vice-Prefeito.
- d.** Caberá a qualquer candidato, a partido

político, Coligação ou ao Ministério Público, no prazo de quinze dias, impugnar o pedido de registro de candidatura, em petição fundamentada.

39. A Lei Orgânica do Município de São Luiz do Paraitinga, em seu Art. 121, assegura a participação política dos cidadãos no processo do planejamento municipal e no acompanhamento e avaliação de sua execução. Para tanto, reconhece como entes legítimos para participar das deliberações populares:

- a.** qualquer cidadão nascido no Município, desde que portador de título de eleitor.
- b.** líderes religiosos e representantes de entidades assistencialistas com sede na jurisdição do Município.
- c.** entidades representativas da sociedade organizada.
- d.** representantes de entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Regional de Psicologia.

40. De acordo com o Art. 41, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de São Luiz do Paraitinga, “as Comissões são órgãos técnicos, constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinados, em caráter permanente ou transitório, proceder a estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações ou representações”. São Comissões Permanentes desta Casa Legislativa, exceto:

- a.** Justiça e Redação.
- b.** Finanças e Orçamento.
- c.** Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e Turismo.
- d.** Legislação Participativa e Cidadania.

Peça Jurídica

A Câmara de Vereadores de São Tomé das Letras Apagadas é composta de nove parlamentares, distribuídos em dois blocos, sendo a situação integrada por cinco vereadores e a oposição por quatro parlamentares.

O Regimento Interno da Câmara Municipal assegura, em seu Art. 16, que a eleição para a escolha dos integrantes da Mesa Diretora realizar-se-á sempre na última Sessão Legislativa ordinária, considerando-se automaticamente empossados os eleitos no dia primeiro de Janeiro subsequente.

Em 29 de dezembro de 2016, fez-se eleição para composição da Mesa Diretora para a legislatura que se iniciará em 1º de janeiro de 2017. Aberto os trabalhos verificou-se a ausência de um parlamentar da situação.

Após apurados os votos, constatou-se que o candidato da oposição obteve maioria simples dos votos, elegendo-se Presidente da Câmara de Vereadores, tendo sido registrada uma abstenção.

Insatisfeito, por entender que a ausência do vereador da sua base no momento da escolha da Mesa Diretora da Câmara Municipal deu-se por motivos de saúde, devidamente comprovado por atestado médico, o Prefeito Municipal decidiu, por Decreto do dia 30 de dezembro de 2016, suspendendo os efeitos do Art. 17, § 2º, do Regimento Interno da Casa Legislativa, que garantia que, mesmo ausente no momento da chamada, poderia votar o Vereador que comparecesse antes de encerrada a votação.

Sem a previsão do Art. 17, § 2º, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, o Prefeito Municipal encaminhou ofício ao Presidente da referida instituição parlamentar requerendo convocação de sessão extraordinária para o dia 31 de dezembro de 2016, a fim de prosseguir à tomada do voto do vereador faltoso. Havendo empate, seria considerado eleito o parlamentar mais idoso – neste caso, o parlamentar que é seu aliado.

Por sua vez, o então Presidente da Câmara de Vereadores convocou o Procurador Jurídico da instituição, solicitando a adoção de medidas legais para assegurar a validade da eleição da Mesa Diretora do legislativo municipal.

Na qualidade de Procurador da Câmara de Vereadores do Município de São Tomé das Letras Apagadas, elabore a petição inicial do instrumento jurídico apropriado para assegurar a posse do vereador eleito Presidente da referida Casa Legislativa em 1º de janeiro de 2017.

Folha de Rascunho

RASCUNHO

